

1 **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DO COMITÊ DA BACIA**  
2 **HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO**  
3 **(GD6), REALIZADA NO DIA 10 DE AGOSTO DE 2021 POR VIDEOCONFERÊNCIA**

4 Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, deu-se  
5 início a 4ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros  
6 dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi-Pardo GD6), realizada de forma não  
7 presencial, pela plataforma *Jitsi Meet*, para discussão dos seguintes itens de pauta: **Item**  
8 **I - Abertura da sessão pelo Presidente do Comitê, execução do Hino Nacional,**  
9 **verificação de quórum e leitura das justificativas de ausência; Item II - Aprovação da Ata**  
10 **da 2ª Reunião Extraordinária do dia 08/07/2021; Item III - Apresentação de dúvidas**  
11 **sobre a participação do GD6 em Comissões e Grupos de Trabalhos externos ao Comitê.**  
12 **Demandas extras comitês - Contextualização dos Conselheiros que estão nestas**  
13 **representações, José Edilberto Resende e Irinéia Ardissom; Item IV – Apresentação**  
14 **sobre o andamento dos trabalhos da Câmara Técnica de Plano Diretor, pelo coordenador**  
15 **Sr. Antônio Carlos Sales; Item V – Considerações sobre o andamento dos trabalhos da**  
16 **Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, pelo coordenador da CT de Outorga e**  
17 **Cobrança, Sr. Juvenal Nogueira Marques; Item VI – Assuntos Gerais; e Item VII -**  
18 **Encerramento. Membros presentes: Na reunião estiveram presentes 36 (trinta e seis)**  
19 **membros, representando 31 (trinta e um) Instituições, sendo os seguintes membros da**  
20 **Diretoria: Presidente Rogério Araújo Dias (Associação Nacional dos Serviços**  
21 **Municipais de Saneamento - ASSEMAE), Secretário Juvenal Nogueira Marques**  
22 **(Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD)**  
23 **e Secretária Adjunta Rafaela Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé) e**  
24 **os seguintes Conselheiros: Rodrigo Paiva de Castro (Corpo de Bombeiros Militar de**  
25 **Minas Gerais - CBMMG), Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar do Estado de**  
26 **Minas Gerais - PMMG), Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de Gestão**  
27 **das Águas - IGAM), Leonel Satiro de Lima (Empresa de Assistência Técnica e**  
28 **Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER), Wladimir Ferreira Fadini**  
29 **(Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA), Acássio José Paese (Polícia Civil de**  
30 **Minas Gerais), Tamires (Polícia Civil de Minas Gerais), Renato Pan (Instituto**  
31 **Estadual de Florestas – IEF), Giovani Adison Grande (Secretaria de Estado de**  
32 **Saúde - SES), representantes do PODER PÚBLICO ESTADUAL; Jeniffer Rita Migot**  
33 **(Prefeitura Municipal de Bandeira do Sul), Antônio Carlos Ferreira (Prefeitura**  
34 **Municipal de Bandeira do Sul), Samira Frões de Oliveira (Prefeitura Municipal de**  
35 **Bueno Brandão), Matheus Felipe da Costa (Prefeitura Municipal de Bom Repouso),**  
36 **Giovanna Ferreira Nascimento (Prefeitura Municipal de Caldas), Joelmar Lucas**  
37 **Andrade (Prefeitura Municipal de Poços de Caldas), Claudio Junior Araújo**  
38 **(Prefeitura Municipal de Andradas), Pedro Lopes Lucas de Amorim (Prefeitura**  
39 **Municipal de Andradas), Camilla Batista de Oliveira (Prefeitura Municipal de**  
40 **Muzambinho), representantes do PODER PÚBLICO MUNICIPAL; Mário Montingelli**  
41 **Neto (Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Ivo Aparecido**  
42 **Paparotte (Indústria e Cerâmica Andradense S.A. – ICASA), Fábio Augusto Zincone**  
43 **(DME Energética S.A.), Heloísa Bertoli (Federação das Indústrias do Estado de**  
44 **Minas Gerais - FIEMG), Laene Fonseca Vilas Boas (Federação das Indústrias do**  
45 **Estado de Minas Gerais - FIEMG), Josimar dos Reis Marques (Departamento**  
46 **Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas - DMAE Poços de Caldas), Luiz**  
47 **Renato Musa Machado (Associação dos Mineradores do Planalto de Poços de**  
48 **Caldas - ASMIPC), representantes dos USUÁRIOS; Antônio Carlos Sales**

49 **(Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Andradas – ASSEA),**  
50 **José Edilberto da Silva Resende (Associação Poços Sustentável - APS), Kelly**  
51 **Ribeiro de Andrade Almeida Di Tomazzi (Agência Regional de Proteção Ambiental**  
52 **da Bacia do Rio Grande – ARPA Rio Grande), Irinéia Ardisson da Silveira Souza**  
53 **(ONG Planeta Solidário), Maria Teresa Mariano (Sociedade Mineira de Cultura -**  
54 **Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de**  
55 **Caldas), Ângela Maria Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de**  
56 **Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA MG), Valnei José de Melo**  
57 **(Nascentes do Alto do Rio Pardo e seus afluentes - NARP) e Claudiomir Silva**  
58 **Santos (Instituto Federal do Sul de Minas - Campus Muzambinho),** representantes  
59 da **SOCIEDADE CIVIL.** Também estiveram presentes os seguintes convidados: **Maria**  
60 **de Lourdes Amaral Nascimento (Gerente de Apoio aos Comitês de Bacias**  
61 **Hidrográficas e Articulação a Gestão Participativa – GECBH – IGAM), Robson**  
62 **Rodrigues dos Santos (Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e**  
63 **Articulação a Gestão Participativa – GECBH – IGAM), Allan de Oliveira Mota**  
64 **(Gerente de Planejamento de Recursos Hídricos – IGAM); Clarissa Santos (IGAM)**  
65 **e Rosângela Santos (Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos – IGAM);**  
66 **Item I -** A reunião foi aberta pelo presidente Rogério que solicitou a execução do Hino  
67 Nacional. Verificou-se o quórum e a secretária fez a leitura das justificativas de  
68 ausências. Na sequência, ele passou para o **Item II - Aprovação da Ata da 2ª Reunião**  
69 **Extraordinária do dia 08/07/2021;** o conselheiro José Edilberto manifestou que a ata foi  
70 enviada fora do prazo regimental, conforme e-mail que ele enviou ao Comitê e os  
71 conselheiros Irinéia e Antônio Carlos Sales concordaram com ele, dizendo que o prazo  
72 foi curto para a leitura de uma ata de 8 páginas. Sendo assim, a aprovação da ata foi  
73 adiada para a próxima reunião, passando-se para o **Item III - Apresentação de dúvidas**  
74 **sobre a participação do GD6 em Comissões e Grupos de Trabalhos externos ao**  
75 **Comitê. Demandas extras comitês - Contextualização dos Conselheiros que estão**  
76 **nestas representações, José Edilberto e Irinéia Ardisson;** o Presidente Rogério  
77 passou a palavra para o conselheiro José Edilberto que apresentou um documento feito  
78 e assinado por ele e pela conselheira Irinéia Ardisson onde se questiona o papel do  
79 comitê e se realmente há um interesse público do comitê de bacia para esta participação  
80 na Comissão das Águas da Câmara Municipal de Poços de Caldas, já que o objetivo  
81 deste grupo é, dentre outros, fazer os planos municipais de saneamento básico – PMSB  
82 para os municípios da bacia que ainda não possuem. Ele destacou que, de acordo com  
83 a Lei 11.445 que regulamenta o saneamento básico, deve haver a criação de um grupo  
84 específico do poder executivo municipal e outro grupo de coordenação. Apontou que o  
85 fato de haver a ausência de participação social neste grupo da CMPC e a participação  
86 dele e da Irinéia não ter sido votada pela plenária, são os motivos principais por não  
87 concordar mais em participar deste grupo e colocar a sua vaga a disposição de outra  
88 pessoa que se interessar. O presidente Rogério, que também participa da comissão pela  
89 ASSEMAE e não pelo Comitê, concordou com ele sobre a justificativa colocada, porém  
90 disse que este documento deveria ter sido enviado anteriormente para todos analisarem  
91 também e pediu que ele disponibilize este documento para ser decidido na próxima  
92 reunião. Ressaltou que acha importante a participação do Comitê nesta Comissão das  
93 Águas, pediu desculpas à plenária por ter indicado os conselheiros José Edilberto e  
94 Irinéia para a referida Comissão, representando o Comitê, sem passar pela Plenária,  
95 pois os mesmos responderam ao e-mail que foi enviado para todos os conselheiros, se  
96 voluntariando. Disse que sente que deve nortear os trabalhos ainda, inclusive refazer o

97 diagnóstico sobre os planos municipais de saneamento básico. Neste momento, passou  
98 a palavra para a conselheira Irinéia que endossou o documento preparado pelo  
99 conselheiro José Edilberto e também colocou a sua vaga na Comissão das Águas à  
100 disposição por motivos pessoais. Disse que o trabalho da Comissão realmente é muito  
101 importante, especialmente por Poços ser a cidade das águas, que foi louvável o trabalho  
102 feito lá atrás, mas citou o exemplo de Bortolan onde o nível da água está baixíssimo e o  
103 nível de coliformes fecais encontrados lá foi 65 vezes maior que o medido anteriormente,  
104 e que ela não concorda com os resultados apresentados, pois devem estar bem maiores  
105 agora. Por isto disse que neste momento é imprescindível a execução do plano municipal  
106 de saneamento de Poços de Caldas. Ela disse que participa da Comissão de Resíduos  
107 Sólidos e há 3 (três) anos atrás o DMAE disse que seria responsável pelos resíduos  
108 sólidos e que iria englobar isto, mas nem a coleta seletiva adiantou, pelo contrário,  
109 regrediu, e isto faz muito mal para o meio ambiente, pois além de muito lixo misturado,  
110 isto não foi em frente. Por isto antes de mais nada, reforçou que a prioridade deve ser a  
111 elaboração dos planos municipais de saneamento básico para os municípios que ainda  
112 não tem. O conselheiro José Edilberto, inscrito por ter sido citado, justificou que o que  
113 está sendo discutido não são os benefícios da Comissão das Águas para a cidade de  
114 Poços de Caldas e sim a participação de todos os atores (executivo, legislativo), uma  
115 ordenação dos objetivos e se o plano municipal de saneamento básico tem que ser feito  
116 pelo executivo, pois isto não compete ao Comitê. Lembrou que o que compete ao comitê  
117 é dar um apoio para alguma consulta ou demanda que seja feita pelo executivo, e que  
118 compete à plenária decidir, pois o Comitê não é exclusivo para o município de Poços de  
119 Caldas. A conselheira Ângela pediu a palavra e lembrou que o Comitê é deliberativo e  
120 não executivo. Disse que o trabalho anterior da Comissão das Águas, uma coleta de  
121 águas orientada pelo pessoal da CNEN, foi engavetado, apesar do entusiasmo, e que  
122 ela imaginava que nesta segunda vinda da mesma vereadora, isto fosse ser revitalizado.  
123 Questionou o objetivo desta Comissão e lembrou que o Comitê deve refletir sobre este  
124 ponto. Lembrou que no dia 22 de julho, o SISEMA elaborou a “live” do Prof. Tucci e do  
125 Prof. Nilo e eles falavam exatamente sobre drenagem sustentável, e informaram que em  
126 BH existe um Comitê Municipal de Saneamento que tem 50% de participação da  
127 sociedade civil e que seria interessante esta experiência ser replicada. Sugeriu portanto,  
128 que haja um consórcio de municípios, uma entidade civil gestora, com um escritório  
129 executivo que possa executar este plano de saneamento. Sendo assim, neste momento,  
130 o Comitê não teria nenhuma função nesta Comissão das Águas. E lembrou novamente  
131 que o papel do comitê é informar a comunidade, discutir o que já está proposto, e não  
132 executar. Elogiou as contribuições que foram levadas à Comissão das Águas, para  
133 melhor gestão das águas, principalmente àquelas referentes ao município e agradeceu.  
134 O presidente Rogério voltou a falar que acha importante a participação do comitê na  
135 Comissão das Águas, mas deixou para a plenária decidir na próxima reunião a  
136 continuidade desta participação. E esclareceu que o Ministério Público notificou o Comitê  
137 da outra vez, para que prestasse esclarecimentos apenas e não para responder alguma  
138 ação e que ele acredita que se o MP tiver que vir novamente, virá por meio da Comissão  
139 das Águas, independente do Comitê estar fazendo parte da mesma. O conselheiro José  
140 Edilberto reforçou que neste novo momento não significa que o Comitê tem que se  
141 ausentar, mas sim estar atento à este tipo de situação, pois após falar com o presidente,  
142 eles não foram mais convidados para nenhuma reunião. Reforçou que a intenção dele  
143 não é sair ou se retirar da Comissão, mas colocar a vaga à disposição. O presidente  
144 Rogério leu um comentário de uma cidadã no *YouTube*, Carmem Grace, que disse “que

145 a participação do Comitê na Comissão das Águas é importantíssima e que não pode  
146 haver transferência de responsabilidade”. Neste momento, passou a palavra para o  
147 conselheiro Eduardo que reiterou que todos devem se atentar ao que está escrito no  
148 Regimento Interno do Comitê. Que nesta reunião não há previsão de deliberação  
149 nenhuma, na pauta não consta nenhum tipo de decisão e portanto nada pode ser votado  
150 se seguir o regimento. Frisou a importância de se organizar internamente no comitê para  
151 seguir os ritos. Sobre o comentário do *YouTube*, ele concordou com a internauta, porém  
152 falou sobre a importância de fazer o PMSB não somente no município onde o comitê  
153 está sediado, como também nos demais municípios da bacia. Já, entender que isto é  
154 uma atividade fim, um objetivo do comitê, é outra coisa. Disse que não é obrigação do  
155 comitê participar deste tipo de comissão ou conselho. Lembrou da interinstitucionalidade  
156 e da missão do Comitê nesta agenda e a importante relação que a gestão de recursos  
157 hídricos tem com o saneamento básico. Ele voltou a afirmar que não deve haver  
158 nenhuma votação sobre isto nesta reunião, por não estar previsto na pauta. O presidente  
159 Rogério agradeceu e pediu que este documento seja enviado para todos para que seja  
160 decidido em uma próxima reunião da plenária, através de uma votação para saber se o  
161 comitê continua ou não participando da Comissão das Águas. E lembrou a todos  
162 novamente que a participação dele na referida comissão é pelo ASSEMAE e não pelo  
163 CBH. Leu outro comentário da internauta Carmen Grace no chat do *YouTube* onde a  
164 mesma “*esclarece que a responsabilidade de execução do PMSB é do executivo mas  
165 que o CBH pode sim ajudar como consultor*”. Porém, a conselheira Ângela respondeu  
166 que o comitê não pode agir como consultoria, mas sim como fornecedor de informações  
167 e incentivador de ações que porventura vierem a ser indicados pelo trabalho dessa  
168 Comissão. Neste momento, o secretário Juvenal pediu a palavra e disse que estas  
169 convergências tem que ser trabalhadas, trabalhar os objetivos em comum, as demandas  
170 e sanar estas questões institucionais, pois a proposta é interessante sim e é importante  
171 o comitê se fazer presente. O conselheiro Valnei pediu a palavra e lembrou sobre a  
172 poluição por elementos tóxicos radioativos aqui na região e acha que o IGAM poderia  
173 executar algo mais sério, aumentando pontos de coleta principalmente nos lugares mais  
174 críticos, entre eles o rio morto que é o Rio Verde, o ribeirão que passa no distrito de  
175 Laranjeiras, onde a água está sempre esbranquiçada, e que ele não sabe se o mesmo  
176 está a jusante da INB ou não, se provém de lá as primeiras águas, que deve ser  
177 averiguado e esclarecido. Além dos ponto de coleta, deve haver informações bem  
178 transparentes para a população para ver se pode irrigar ou não, se as pessoas e o gado  
179 podem consumir para que as pessoas tenham o direito de sair da área, se mudar se for  
180 necessário. Não somente em Caldas e Santa Rita de Caldas, mas deve-se olhar também  
181 em Andradas e outras cidades, para a população saber exatamente o tipo de água que  
182 está consumindo, se é de origem duvidosa. O presidente Rogério agradeceu e lembrou  
183 que a Comissão das Águas fez exatamente este trabalho de coleta em 21 pontos e houve  
184 uma moção em torno do resultado das análises. Perguntou novamente se todos  
185 concordam em deixar esta votação para a próxima reunião e todos concordaram. Pediu  
186 que os conselheiros José Edilberto e Irinéia encaminhem o documento para que seja  
187 enviado à todos os conselheiros analisarem e seguiu para o próximo item da pauta **Item**  
188 **IV – Apresentação sobre o andamento dos trabalhos da Câmara Técnica de Plano**  
189 **Diretor - CTPD, pelo coordenador Sr. Antônio Carlos Sales;** o coordenador da CTPD,  
190 Antônio Carlos Sales, comentou que integrou a Comissão das Águas e que o objetivo na  
191 época era trabalhar os assuntos referentes à INB. Em seguida, apresentou a todos o  
192 resumo da última reunião da CTPD, em 23/07/2021, informando que a conselheira

193 Rafaela foi escolhida como a secretária da CTPD e destacou que o foco dos trabalhos  
194 da CTPD é a recuperação das nascentes e matas ciliares. Falou também sobre a  
195 pesquisa que foi feita com os 27 municípios da bacia referente ao saneamento básico  
196 dos municípios, para saber quais os municípios têm o plano municipal de saneamento  
197 básico - PMSB, quais têm tratamento de esgoto, que tipo de aterro eles têm e em seguida  
198 destacou os outros itens do Plano Diretor, dizendo que fazem parte de um trabalho  
199 extenso, que está sendo feito com a ajuda da Rosângela do IGAM e que será enviado  
200 um e-mail para todas as Prefeituras que ainda não tem o PMSB informando os setores  
201 do IGAM que poderão dar uma assistência à estas Prefeituras. Em seguida, ele passou  
202 a palavra para a Rosângela que falou que a estratégia utilizada na CTPD é estabelecer  
203 prioridades. Falou também sobre a implementação dos índices e frisou que as ações são  
204 contínuas e elogiou o trabalho que vem sendo feito com o apoio de todos. O coordenador  
205 Antônio Carlos tomou a palavra novamente e colocou a CTPD à disposição de todos os  
206 conselheiros, que podem enviar as suas dúvidas, sugestões e contribuições a qualquer  
207 momento por e-mail. Em seguida, a secretária da CTPD Rafaela apresentou os  
208 resultados do formulário enviado às Prefeituras até o presente momento. O presidente  
209 Rogério agradeceu e solicitou que o resultado do questionário seja enviado à todos os  
210 conselheiros assim que estiver disponível e passou para o próximo **Item V –**  
211 **Considerações sobre o andamento dos trabalhos da Cobrança pelo Uso dos**  
212 **Recursos Hídricos, pelo coordenador da CT de Outorga e Cobrança, Sr. Juvenal**  
213 **Nogueira Marques;** o coordenador da CTOC cumprimentou a todos e disse que foi  
214 enviado a todos os conselheiros um formulário para que enviassem suas dúvidas sobre  
215 o tema e que seriam respondidas nesta reunião pelo Wagner – IGAM, para que estas  
216 respostas facilitem o preparo da minuta da deliberação sobre a cobrança, que será  
217 apresentada na próxima reunião. Falou também que esteve em um evento em Caldas  
218 onde pediram para fazer uma apresentação na próxima reunião do Comitê. Em seguida,  
219 passou a palavra para o Wagner que respondeu as perguntas enviadas através do  
220 formulário, a saber: **1 – Como serão distinguidas a porção mineira de acordo com o**  
221 **contributivo de cada bacia?** Wagner respondeu que tem acompanhado todas as  
222 discussões de cobrança que vem sendo feitas nos Comitês, inclusive na bacia do Grande  
223 e, sobre isto, esclareceu que a portaria de outorga já tem o indicativo da bacia, se a  
224 mesma é estadual ou federal. **2 - Considerando que a caracterização da unidade de**  
225 **um curso de água por seu nome nas cartas oficiais exige a sua identificação**  
226 **inequívoca, com a determinação precisa do ponto onde adquire a denominação**  
227 **e onde esta termina, como e quais serão as bases cartográficas para dirimir**  
228 **todas as dúvidas quanto a sua caracterização e dominialidade?** Wagner  
229 respondeu que o sistema métrico é feito desde a foz à montante do rio. Portanto, o  
230 domínio da União é um rio que nasce no estado e atravessa outros estados até a sua  
231 foz e domínio estadual é aquele rio que nasce e morre dentro do estado e também as  
232 águas superficiais são de domínio do estado. **3. Considerando que a toponímia em**  
233 **uma carta oficial não indica nomes para todos os cursos de água e, quando o**  
234 **faz, expressa dúvidas, com frequência, na forma de dois ou mais nomes ligados**  
235 **pela preposição “ou” e que, ademais, não são indicados nas cartas os pontos**  
236 **onde tal denominação se inicia e onde termina, tornando frágil e subjetivo o**  
237 **processo de identificação do curso principal por meio de nomes. Neste caso já**  
238 **estão atualizados todos os nomes dos cursos de água e suas fronteiras?** Wagner  
239 respondeu que a resposta da questão número 2 já esclarece esta questão, pois não é  
240 o nome ou a participação dele na bacia que define a dominialidade dele e sim, o

241 sistema métrico, e lembrou que estes dados são georreferenciados **4. Cada curso**  
242 **d'água, desde a sua foz até a sua nascente, será considerado como unidade**  
243 **indivisível, para fins de classificação quanto ao domínio? Neste caso haverão**  
244 **interfaces entre a dominialidade Estadual e Federal, como serão delimitadas tais**  
245 **situações e dirimidos os conflitos de cobrança e arrecadação de cada**  
246 **contributivo sob a ótica da justiça?** Wagner respondeu que já existe um acordo  
247 entre o IGAM e a ANA, que cuida dos que são de dominialidade Federal e o IGAM dos  
248 que são de dominialidade estadual. **5. Como serão caracterizados os sistemas**  
249 **hidrográficos em cada CBH, bem como suas equivalentes contribuições para**  
250 **cada bacia, considerando neste caso a demanda por recursos hídricos em**  
251 **eventuais conflitos?** Wagner respondeu novamente que os dados são  
252 georreferenciados e lembrou dentro do documento de cobrança existe um código que  
253 identifica a que bacia aquele recurso se refere e desta forma não á como se confundir  
254 a cobrança, os recursos arrecadados e a dominialidade. **6. Diante ainda da**  
255 **indefinição de eventual Agência de Bacia, atinentes aos recursos advindos da**  
256 **cobrança que configuram a base fundamental para a criação desta, tema que**  
257 **também será objeto de discussão no âmbito dos comitês, para que estes**  
258 **discutam tal pauta faz-se necessário um diagnóstico e uma base cadastral**  
259 **confiável para suportar as decisões bem como sua implantação, neste caso a**  
260 **cobrança e a agência?** Wagner respondeu que em 2015 a cobrança era feita sobre  
261 os dados de previsão do usuário para aquele ano e no ano seguinte era cobrado a  
262 diferença entre o que foi previsto e o que foi medido. Já hoje em dia, a cobrança de  
263 2020 acontece em 2021, onde o usuário tem o prazo entre janeiro e março para entrar  
264 no sistema, informar as suas medições, e de acordo com a metodologia é feito o  
265 cálculo e o IGAM divulga em maio os valores previstos para a cobrança em 2020 e o  
266 primeiro boleto só vai chegar em julho de 2021, ou seja, tem o prazo de 1 ano e meio  
267 após a definição da metodologia pelo Comitê. E se ainda assim, o Comitê ainda não  
268 tiver definido a sua agência, é previsto por Lei que o IGAM pode assumir o papel de  
269 agência, de executar este recurso, inclusive isto já acontece em outro Comitê. **7.**  
270 **Diante da publicação do Decreto 47.975/2020 que estende o prazo para o**  
271 **pagamento pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado referente ao**  
272 **segundo trimestre deste ano, considerando, “O Igam reconhece o momento de**  
273 **crise e vem buscando formas de minimizar os efeitos sociais e econômicos**  
274 **causados pela pandemia”, logo, diante deste fato, como as atuais agências estão**  
275 **sobrevivendo com esta suspensão? Há uma previsão legal para socorrer estas**  
276 **ou sem arrecadação? Com este decreto, quanto foi deixado de arrecadar? Qual**  
277 **foi o impacto nos projetos que estavam em andamento sem estes recursos?**  
278 Wagner respondeu que este decreto apenas estendeu o prazo de pagamento referente  
279 ao segundo trimestre de 2020, pois antigamente a cobrança era trimestral com  
280 vencimento no último dia útil do mês subsequente. Para aqueles que precisavam de  
281 mais prazo, foi dado o prazo de mais 3 meses para pagamento sem multa. Porém a  
282 arrecadação continuou sendo feito dentro do próprio ano, então isto não prejudicou a  
283 arrecadação de forma alguma. Ademais, as agências de bacia tem um volume em  
284 caixa, de forma que não foi prejudicado a execução de projeto em bacia. O que houve  
285 foi um questionamento sobre o valor arrecadado, sendo que 100% do valor arrecadado  
286 é para a bacia e 7,5% deste valor é destinado para manutenção do sistema, que inclui  
287 comitê, agência de bacia e sistema de informações, porém este é mantido pelo IGAM.  
288 Então, financeiramente não houve nenhum impacto na arrecadação. Neste momento,

289 o conselheiro José Edilberto perguntou pelo chat: **Há alguma conferência dos dados**  
290 **informados pelos usuários?** Wagner respondeu que não consegue conferir 100%  
291 dos usuários, mas usa-se o esquema definido pela RFB onde define-se um público  
292 alvo, um grupo de usuários, e passa um “pente fino neles”. Passou-se para a próxima  
293 pergunta do formulário **8. Cientes que a metodologia base para implementação da**  
294 **cobrança está sendo desenvolvida pelo CERH, a partir da definição de um preço**  
295 **público unitário mínimo pelo uso da água. “Essa metodologia será utilizada**  
296 **como referência para que os comitês de bacias hidrográficas definam seus**  
297 **próprios mecanismos de cobrança de acordo com as especificidades locais de**  
298 **cada região”, neste caso, a metodologia não deveria ser primeiramente**  
299 **detalhada para comitê e suas particularidades fossem objeto de inserção e**  
300 **debate, para alinhamento desta metodologia bem como a necessária publicidade**  
301 **para a instituição da cobrança?** Wagner respondeu que em 2019 aconteceram  
302 paralelamente discussões no CERH e nas 8 bacias do Grande sobre como construir  
303 uma metodologia que atendesse a todos, haja visto a implementação da cobrança no  
304 estado como um instrumento de gestão para onde não existia, e passou-se a discutir  
305 os critérios que todas as bacias deveriam cumprir no mínimo para se construir uma  
306 metodologia genérica, em cima de algumas características comuns, levando em  
307 consideração o enquadramento, os recursos, a oferta e a demanda de água, etc. e  
308 lembrou que esta metodologia do CERH, no artigo 25 da lei 13199 que implementa a  
309 gestão de recursos hídricos no estado de Minas Gerais, e nesta bacia por exemplo,  
310 onde um dos maiores problemas é a falta de saneamento, para ir além das diretrizes  
311 gerais estabelecidas pelo CERH. Citou o exemplo do PN3, onde foi feito assim: como  
312 62% das portarias de outorga tinham uma concessão de um volume inferior a  
313 250.000m<sup>3</sup>, consideraram como pequenos irrigantes. Acima disto (38%) foram  
314 considerados como grandes irrigantes. O grande irrigante tem acesso à tecnologia,  
315 financiamentos e, por uma questão de justiça, no sentido de isonomia, foi concedido  
316 um preço um pouco maior para os grandes irrigantes e um preço inferior para aquele  
317 grupo que foi considerado como pequeno irrigante. E concluiu dizendo que este  
318 levantamento o Comitê tem condições de fazer, por conhecer bem a sua bacia, já o  
319 CERH não. **9. Sobre a cobrança, cujo modelo proposto cumpre unicamente com**  
320 **a função de arrecadar recursos sem vinculá-los a algum objetivo ou programa**  
321 **específico de melhoria das condições de uso dos recursos hídricos da bacia, de**  
322 **que forma o aperfeiçoamento deste modelo no sentido de torná-lo mais sólido**  
323 **em termos de seus fundamentos econômicos para que seus preços possam**  
324 **realmente sinalizar a escassez relativa dos recursos hídricos associado à**  
325 **preservação e melhoria da qualidade e quantidade destes?** Wagner respondeu  
326 que o principal objetivo da cobrança é a tentativa de trazer para o usuário um uso  
327 racional deste recurso. E quando se determina um preço para um bem, já se pergunta  
328 como o dinheiro será usado na melhoria da quantidade e qualidade da água. Porém é  
329 necessário subsidiar os custos da agência que vai executar esta cobrança, que foi  
330 estipulado 7,5% e pelo menos 92,5% será utilizado em projetos, programas e ações  
331 na bacia. Citou o exemplo de onde havia cobrança, a evolução das ações do Plano  
332 Diretor e este precisa de revisões, assim como as metodologias aplicadas. Verificar  
333 se os objetivos foram alcançados, onde pode ser melhorado. **10. Antes do início da**  
334 **cobrança na bacia, considerando que a simultaneidade deste instrumento tanto**  
335 **na calha federal quanto na calha estadual nos rios de domínio da União e de**  
336 **domínio estadual de Minas Gerais. Neste novo modelo, a cobrança deverá ser**

337 feita com base no diagnóstico e prognóstico do Plano Integrado de Recursos  
338 Hídricos da Bacia, a partir dos quais se estabelece um conjunto de alternativas  
339 de objetivos claros, específicos, espaciais e temporais, para o uso do  
340 instrumento na bacia. Sabedores que os diagnósticos mineiros são de 2010 e os  
341 do Grande estão desatualizados em decorrência da vacância e retomada prevista  
342 para 2022. Entendo que a nossa contribuição já foi dada com a proposta de uma  
343 DN ainda não apreciada pela plenária. Além disso, essa demanda me parece  
344 equivocada, o correto seria uma apresentação mais detalhada de toda essa  
345 contextualização para inicialmente nivelar junto aos Comitês. Cobrança, agência  
346 reguladora, monitoramento, outorgados, cadastros e não cadastrados... Wagner  
347 voltou a falar sobre a importância das ações do Plano Diretor a finalidade da cobrança  
348 que foi respondida na questão anterior. Explicou que a agência faz um plano  
349 plurianual e um plano anual e faz uma análise das ações do Plano Diretor e por  
350 exemplo, se os problemas que existiam em 2010 não foram sanados por exemplo,  
351 serão feitos agora e isto não impede que o Plano Diretor passe por uma revisão. Ao  
352 término das perguntas do formulário, o presidente Rogério abriu a palavra para os  
353 conselheiros que desejavam fazer mais perguntas e a conselheira Irinéia perguntou  
354 como fica a cobrança de um rio que é estadual e federal ao mesmo tempo. Wagner  
355 respondeu que os dados são georreferenciados e por isto não há duplicidade da  
356 cobrança, basta olhar a outorga. A conselheira Ângela agradeceu a apresentação do  
357 Wagner e falou sobre a realidade da bacia do GD6 e perguntou se este comitê poderia  
358 decidir pela não cobrança neste cenário atual. E a segunda pergunta é se o comitê  
359 poderia optar em não ter agência, ou melhor, ter uma agência com os 8 comitês do  
360 CBH Grande. E citou o exemplo da agência Peixe Vivo, que é muito grande com muitos  
361 projetos e a capacidade limitada de pessoal para o acompanhamento de todos e por  
362 este motivo há reclamação de comitês menores e ela também se preocupa com o  
363 contingenciamento do estado. E que no seu entendimento como técnica, isso seria por  
364 parte da Agência reconsiderar e reavaliar projetos que já tenham sido aprovados pelos  
365 Comitês. E que acha a política um pouco equivocada. Wagner respondeu que o  
366 Comitê tem autonomia para discutir e mudar a metodologia e quanto a não haver  
367 cobrança, o decreto realmente impõe que haja a mesma. E que isto seria cruzar os  
368 braços na busca de melhorias para a bacia, devido à própria questão da racionalização  
369 da água, já tão divulgada pela mídia. Quanto ao problema de repasse, realmente  
370 houve um contingenciamento de recurso, mas hoje o estado tem conseguido fazer  
371 estes repasses, afinal de contas este dinheiro não é do governo, e sim da bacia. A  
372 conselheira Ângela argumentou e esclareceu que tem receio da cobrança que haverá  
373 por parte da sociedade caso o recurso não seja investido prontamente. O conselheiro  
374 Valnei concordou com a conselheira Ângela e disse que não se deve cometer um crime  
375 de omissão, que antes de discutir o preço, deve-se discutir se determinado curso  
376 d'água deve ser utilizado ou não, devido à presença de metais e elementos radioativos  
377 que já foi detectada. Logo após, a conselheira Maria Teresa pediu a palavra e disse  
378 que ficou feliz com o IGAM ter se posicionado como uma possível agência e voltou a  
379 falar que diante da atual situação do Brasil e do mundo, a cobrança é importante sim,  
380 mas há outras prioridades, como o Plano Diretor da bacia. E que esta cobrança tem  
381 que ser mais coerente, mas não neste momento, e sugeriu ao presidente trazer um  
382 modelo de cobrança que já está sendo feito em algum outro comitê de Minas Gerais,  
383 para que todos possam ter a noção e visão exatas de como o dinheiro arrecadado tem  
384 sido utilizado. Wagner respondeu que esta questão de metodologias existentes no

385 estado, não são tão inovadoras assim, e por isto está sendo trazido em forma de  
386 capacitação sobre a cobrança para todos os comitês, bem como o histórico de como  
387 começaram as discussões, como as CTs chegaram nesta metodologia, etc. Lembrou  
388 também que as metodologias hoje existentes no estado não atendem os critérios  
389 mínimos estabelecidos pelas leis gerais do CERH por isto precisam passar por uma  
390 revisão. A conselheira Maria Teresa questionou se ele conhece ao método de  
391 cobrança da França e do Ceará e ele respondeu que sim, que teve acesso a este  
392 material e a outros também e disse que acha complicado copiar o modelo pelas  
393 características econômicas de cada país e que, na França, a cobrança é feita desde  
394 1960 e aqui no Brasil somente agora começaram as discussões. Ela agradeceu e o  
395 parabenizou pela apresentação e insistiu que se traga um modelo que já está  
396 aplicando a cobrança, na próxima reunião. O conselheiro Eduardo pediu a palavra e  
397 disse que a cobrança e o enquadramento são instrumentos que estão implantados em  
398 poucos comitês do país e que o nosso modelo não é o francês, embora tenha algumas  
399 bases e fundamentos neste modelo, reforçando que a cobrança é um instrumento  
400 importantíssimo para a gestão de recursos hídricos. E falou sobre os programas do  
401 estado de Minas Gerais que já estão sendo implementados com recursos que já foram  
402 liberados e que isto deveria nortear este instrumento, que não podemos bloquear ou  
403 impedir este processo de implementação pois quanto mais este processo avança,  
404 melhor fica o retorno destes instrumentos para a gestão de recursos hídricos. O  
405 conselheiro José Edilberto concordou com ele e disse que é importante esclarecer  
406 tudo sobre a cobrança, em uma linguagem bem simples e fácil de entender, para que  
407 não fique nenhuma dúvida. E fez duas perguntas: 1. Dos 8 comitês afluentes do CBH  
408 Grande, já existe algum que enviou uma proposta ao IGAM? Wagner respondeu que  
409 as discussões nas CTs têm acontecido de forma simultânea. Para isto, foi criado um  
410 grupo que tratasse com os coordenadores e presidentes para que haja uma certa  
411 homogeneidade nas discussões para evitar desencontro de informações. Quem está  
412 mais a frente é o PN1 e PN3, eles já fizeram uma metodologia e enviaram para análise,  
413 mas deixou claro que o IGAM tem o papel de orientar apenas. Em segundo lugar de  
414 avanço nas discussões, está o CBH Grande, mas sem nada concreto ainda. 2. Existe  
415 um histórico de inadimplência e grandes usuários querendo inviabilizar o processo?  
416 Wagner respondeu que hoje a inadimplência no estado está girando em torno de 4,5%  
417 e explicou que é dado um prazo e, caso o usuário não pague, o caso é ajuizado na  
418 justiça pela AGE. O IGAM fica até à instrução do processo para encaminhar à dívida  
419 ativa. Então, ele não sabe dizer quanto deste recurso o estado consegue recuperar.  
420 O conselheiro José Edilberto agradeceu e perguntou se dos 8 comitês do Grande,  
421 algum já enviou uma proposta de DN para o IGAM? O conselheiro Eduardo solicitou a  
422 palavra para responder haverá uma mesma agência para os 8 comitês para integrar  
423 as discussões dentro da bacia. E disse que o processo é democrático, que a ANA está  
424 avançando nos estudos e padronizando as ações, e quem constrói as discussões são  
425 os recursos da cobrança. Por isto é necessário ter uma agência, um CNPJ, alguém  
426 que administre tudo isto. Passou-se portanto para o **Item VI - Assuntos Gerais** – o  
427 presidente Rogério disse ao conselheiro José Edilberto que a planilha de pendências  
428 está sendo feita e que, devido à outras demandas do Comitê, não pôde ser  
429 apresentada nesta reunião. O conselheiro Eduardo pediu a palavra e disse que o  
430 PN do FHIDRO está em fase de consultas e comentários, que é um programa antigo,  
431 que já foi muito criticado, mas lembrou que é muito importante, pois é um programa

432 que acrescenta a cobrança e está na ALMG, aberto a comentários e votação e passou  
433 o link para que todos os conselheiros tomem conhecimento:  
434 [https://mobile.almg.gov.br/tramitacao\\_projetos/projeto.html?tipo=PL&numero=2885&](https://mobile.almg.gov.br/tramitacao_projetos/projeto.html?tipo=PL&numero=2885&ano=2021)  
435 [ano=2021](https://mobile.almg.gov.br/tramitacao_projetos/projeto.html?tipo=PL&numero=2885&ano=2021). Por fim, o presidente Rogério agradeceu a participação de todos e pediu  
436 que todos se inscrevam no canal do Comitê no *YouTube* e divulguem o mesmo para  
437 que mais pessoas possam participar das discussões nas reuniões que são  
438 transmitidas ao vivo pelo canal através do link:  
439 <https://www.youtube.com/channel/UCp3KkgY1FzSYA-JaZK1KmNg>. **Item VII -**  
440 **Encerramento** – Nada mais havendo a tratar, a 4ª Reunião Ordinária do CBH  
441 Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada às 13h00min.

MINUTA